

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do semestre findo em 31/12/2020 da Cooperativa de Crédito de Capital e Empréstimo dos Empregados Celestistas de Cooperativas dos Estados de São e Minas Gerais - Cocreuni, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em outubro de 1987, no início como Cooperativa de Economia e Crédito Mutuo dos Funcionários da Carol – COOPERCAROL e nos últimos anos almejando novos horizontes se tornou uma Cooperativa de Crédito ainda maior atendendo a todos os Funcionários Celetistas em Cooperativas dos Estados de São Paulo e Minas Gerais.

A COCREUNI baseia-se em valores de ajuda mutua, responsabilidade, democracia, igualdade e solidariedade que são compartilhadas por todos os associados, colaboradores, dirigentes e parceiros que de forma direta ou indireta participam no dia-a-dia da Cooperativa de Crédito. Em 06/07/2020, a Cocreuni completou 33 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente por meio da concessão de empréstimos e de captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2020, as Demonstrações Contábeis da Cooperativa de Crédito de Capital e Empréstimo dos Empregados Celestistas de Cooperativas dos Estados de São e Minas Gerais - Cocreuni, obteve um resultado de R\$ 2.333,37.

3. Ativos

Os recursos depositados somaram R\$ 631.317,78. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 506.502,15.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Os 10 Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2020, 35,89% da carteira, no montante de R\$ 181.792,70

4. Capital

O Capital Social, no total de R\$ 776.363,83 apresentou um aumento em relação ao mesmo período do exercício anterior de aproximadamente 12,42%.

Os Dez Maiores Saldos de Capital representavam na data-base de 31/12/2020 o percentual de 26,59% do total, no montante de R\$ 206.450,40.

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência da Cocreuni era de R\$ 916,146,80. O quadro de associados era composto por 124 cooperados.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercado ainda a cooperativa de todas as consultas cadastrais e com análise do risco do associado e de suas operações, buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

A Cooperativa de Crédito de Capital e Empréstimo dos Empregados Celestistas de Cooperativas dos Estados de São e Minas Gerais - Cocreuni, adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 91,72% nos níveis de "A" a "C".

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembléia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem à Diretoria, as decisões estratégicas e gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A empresa Dagostini Consultoria e Auditoria realizou a auditoria cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota a Política de Empréstimo, devidamente aprovado pela Diretoria

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e políticas, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento Eleitoral, Política de Governança e Política de Segurança da Informação.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito a cada 03 (três) anos na AGO, com mandato até a **AGO de 2022** o Conselho Fiscal tem função complementar à da Diretoria. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe da Cooperativa de Crédito de Capital e Empréstimo dos Empregados Celestistas de Cooperativas dos Estados de São e Minas Gerais - Cocreuni aderiram, em 2018, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional. A partir de então, todos os novos funcionários, administradores e conselheiros, ao ingressar/assumir na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do email ouvidoria@cocreuni.com.br tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2020 a Ouvidoria da Cooperativa de Crédito de Capital e Empréstimo dos Empregados Celestistas de Cooperativas dos Estados de São Paulo e Minas Gerais - COCREUNI não registrou manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa.

11. Gerenciamento de Risco e de Capital

11.1 Risco operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

a) O gerenciamento do risco operacional da Cooperativa de Crédito de Capital e Empréstimo dos Empregados Celestistas de Cooperativas dos Estados de São e Minas Gerais - Cocreuni, objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco operacional, por meio da adoção de boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN nº 3.380/06.

b) O processo de gerenciamento do risco operacional da Cooperativa de Crédito de Capital e Empréstimo dos Empregados Celestistas de Cooperativas dos Estados de São e Minas Gerais - Cocreuni, consiste na avaliação qualitativa dos riscos objetivando a melhoria contínua dos processos.

c) A documentação que evidencia a efetividade, a tempestividade e a conformidade das ações para tratamento dos riscos operacionais, bem como as informações referentes as perdas associadas ao risco operacional são registradas e mantidas em cada entidade da Cooperativa de Crédito de Capital e Empréstimo dos Empregados Celestistas de Cooperativas dos Estados de São e Minas Gerais - Cocreuni, sob a supervisão da respectiva entidade Dagostini Consultoria e Auditoria.

11.2 Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos inerentes a instituição.

A Cooperativa de Crédito de Capital e Empréstimo dos Empregados Celestistas de Cooperativas dos Estados de São e Minas Gerais - Cocreuni está dispensada do gerenciamento do risco de mercado por estar enquadrada no Segmento 5 (S5), conforme preceitua o Artigo 2 da Resolução 4.557/17.

11.3 Risco de Liquidez

É a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e não conseguir negociar a preço de mercado (justo) uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. No gerenciamento destes riscos são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de centralização financeira e liquidez e planos de contingência.

11.4 Risco de crédito

a) O gerenciamento de risco de crédito da Cooperativa de Crédito de Capital e Empréstimo dos Empregados Celestistas de Cooperativas dos Estados de São e Minas Gerais - Cocreuni, objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

b) A cooperativa possui padronização interna de gerenciamento de sua carteira, e a metodologia utilizada para a avaliação da nota de risco dos seus tomadores considera a pior nota de risco entre as operações tomadas para a sua classificação, destaca-se que a própria cooperativa é a responsável pela estrutura e gestão de sua carteira de crédito.

c) Compete aos responsáveis pela estrutura de riscos a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política de risco de crédito para Cooperativa de Crédito de Capital e Empréstimo dos Empregados Celestistas de Cooperativas dos Estados de São e Minas Gerais - Cocreuni, além do monitoramento das carteiras de crédito.

d) A Cooperativa de Crédito de Capital e Empréstimo dos Empregados Celetistas de Cooperativas dos Estados de São e Minas Gerais - Cocreuni, possui estrutura compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

11.5 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está exposta e planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição. A Cooperativa de Crédito de Capital e Empréstimo dos Empregados Celetistas de Cooperativas dos Estados de São e Minas Gerais - Cocreuni, está dispensada da gestão de gerenciamento de capital por estar enquadrada no Regime Prudencial Simplificado (RPS), no entanto, para minimizar a necessidade de insuficiência de capital face aos riscos em que a entidade está exposta, é realizado o acompanhamento por meio de indicadores operacionais fornecidos através de relatórios periódicos disponibilizados pelo sistema utilizado pela Cooperativa e pelo Sistema Limites do Banco Central:

- a) Patrimônio de Referência (PR);
- b) Parcela de Risco (RWARPS);
- c) Índice de Basileia (IB);
- d) Grau de Imobilização (GI);

Agradecimentos,

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Ribeirão Preto/SP, 15 de janeiro de 2021.

Diretoria

João Vanderlei Rodrigues Palma
Diretor Presidente

Marcelo Denipoti
Diretor Administrativo

Soraia Martins de Oliveira
Diretora Operacional / Resp. Área Contábil

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2020

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito de Capital e Empréstimo dos Empregados Celetistas de Cooperativas dos Estados de São Paulo e Minas Gerais - Cocreuni, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 06/07/1987, não filiada à nenhuma Cooperativa Central de Crédito. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 3.859/2010, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito. Tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são de responsabilidades da Diretoria da Cooperativa e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, consideradas as alterações exigidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, especificamente aquelas aplicadas às entidades cooperativas, as disposições das Leis nº 4.595/1964 e nº 5.764/1971, com alterações da Lei Complementar 130/2009 bem como apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Consideram ainda, no que for julgado pertinente e relevante, os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Desta forma, as demonstrações contábeis foram revisadas e aprovadas pela Diretoria, em sua reunião datada de 10 de julho de 2020.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/11; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/11; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; e CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009. Os demais pronunciamentos serão aplicáveis a partir de sua aprovação pelo órgão regulador.

A autorização para a conclusão e emissão destas demonstrações contábeis foi dada pela Diretoria em 10 de julho de 2020.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

a) Apuração do resultado

Os ingressos e dispêndios são registrados de acordo com o regime de competência. As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério "pro-rata temporis" e calculados com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, que são calculadas com base no método linear. As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas são reconhecidas na demonstração de sobras em conformidade com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços são reconhecidas na demonstração de sobras ou perdas quando da prestação de serviços a terceiros, substancialmente serviços bancários. Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei 5.764/1971, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo imposto de renda – IR e contribuição social – CSLL quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

c) Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e equivalente de caixa compreendem:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e depósitos bancários	40.190,15	27.033,98
Total	40.190,15	27.033,98

(Valores expressos em reais – R\$)

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência pass:

f) Investimentos

Representados substancialmente pelas ações do BANCOOB, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

g) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, equipamentos e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota específica abaixo, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

h) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

i) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

j) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

m) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação.

n) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

o) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Em 31 de dezembro de 2019 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

p) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2019.

NOTA 04 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo	Total da Provisão em		Total em		
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	
A	0,5%	Normal	438.795,56	(2.193,98)	451.928,70	(2.259,64)
B	1%	Normal	16.636,91	(166,37)	38.221,20	(382,21)
B	1%	Vencidas	-	-	0,00	-
C	3%	Normal	19.144,20	(574,33)	2.953,03	(88,59)
C	3%	Vencidas	-	-	49.669,04	(1.490,07)
D	10%	Normal	26.034,37	(2.603,44)	41.058,65	(4.105,87)
D	10%	Vencidas	-	-	3.340,70	(334,07)
E	30%	Normal	-	-	0,00	-
E	30%	Vencidas	6.413,65	(1.924,10)	4.587,87	(1.376,36)
F	50%	Normal	-	-	0,00	-
F	50%	Vencidas	13.739,37	(6.869,69)	0,00	-
G	70%	Normal	-	-	0,00	-
G	70%	Vencidas	233,31	(163,32)	0,00	-
H	100%	Normal	-	-	-	-
H	100%	Vencidas	-	-	0,00	-
Total Normal			500.611,04	(5.538,11)	534.161,58	(6.836,31)
Total Vencido			20.386,33	(8.957,10)	57.597,61	(3.200,50)
Total Geral			520.997,37	(14.495,22)	591.759,19	(10.036,81)
Provisões (-)			(14.495,22)		(10.036,81)	
Total Líquido			506.502,15		581.722,38	

* Em Empréstimos estão contidos os valores das Operações Renegociadas.

Em cumprimento às orientações do Banco Central do Brasil, no primeiro semestre de 2011 a Cocreuni concluiu o cronograma de implantação da exigência contida no artigo 3º da Resolução CMN nº 2.682/1999, que estabelece que a classificação das operações de crédito de um mesmo cliente ou grupo econômico deve ser definida considerando aquela que apresentar maior risco.

b) Composição da carteira de créditos segregada por faixas de vencimento

Descrição	Até 360	Acima de 360	Total em 31/12/2020
Empréstimos	271.629,75	234.872,40	506.502,15

(Valores expressos em reais – R\$)

Obs.: Não inclui Adiantamento a Depositantes, Cheque Especial e Conta Garantida.

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo produto, cliente e atividade econômica:

Setor	31/12/2020	
	Total da Carteira	Total da Carteira
Pessoas Físicas	-	520.997,37
Total	-	520.997,37

(Valores expressos em reais – R\$)

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo Inicial	(10.036,81)	(27.753,27)
Provisão no período	(13.208,23)	(7.615,40)
Reversão de provisão	8.749,82	25.331,86
Total	(14.495,22)	(10.036,81)

(Valores expressos em reais – R\$)

e) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Devedor	26.034,37	41.058,65	5,00
10 maiores devedores	181.792,70	212.957,05	34,89
50 maiores devedores	457.951,10	519.245,73	87,90

(Valores expressos em reais – R\$)

f) Créditos Baixados como Prejuízo, Renegociados e Recuperados em conformidade com a Resolução nº 2.682/1999 (CMN), artigo 11º, III, os montantes de operações estão assim compostos:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo Inicial	7.536,38	7.536,38
Valor das operações transferidas no período	-	-
Valor das operações recuperadas no período	364,00	-
Total	7.172,38	7.536,38

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 05 – OUTROS CRÉDITOS

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Outros Créditos	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Repasso da folha de pagamento	25.431,42	-	24.235,30	-
Créditos a Receber de ex-associados	-	-	-	-
Provisão de créditos a receber	-	-	-	-
Total	25.431,42	-	24.235,30	-

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 06 – PERMANENTE**a) Investimentos**

O saldo é representado por ações do BANCOOB, conforme demonstrado:

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2020	31/12/2019
Banco Cooperativo do Brasil S.A. – BANCOOB	10.635	10.635
Total	10.635	10.635

(Valores expressos em reais – R\$)

b) Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Imobilizado de Uso	31/12/2020		Total líquido	Taxas anuais de depreciação %
	Total	Depreciação		
Instalações	15.618,00	(15.618,00)	-	-
Móveis e equipamentos de uso	14.575,15	(12.757,17)	1.817,98	10%
Sistema de processamento de dados	33.205,65	(33.026,36)	179,29	20%
Sistema de segurança	3.326,00	(3.326,00)	-	20%
Outros Equipamentos	9.991,10	(9.430,00)	561,10	10 E 20%
Total	76.715,90	(74.157,53)	2.558,37	-

(Valores expressos em reais – R\$)

Tomando por base as determinações do pronunciamento técnico CPC 01, a entidade não identificou a necessidade de adequação do valor dos ativos contabilizados, uma vez que os bens registrados no imobilizado apresentam valor contábil inferior àqueles preços praticados pelo mercado.

NOTA 07 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS

	31/12/2020	31/12/2019
Juros ao Capital a pagar (a)	-	39.720,22
Dividendos e Bonificações a Pagar - Ano 2014 (b)	9.625,21	9.625,21
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (c)	107.213,35	107.096,68
Cotas de Capital a Pagar (d)	107.974,51	107.974,51
Cotas de Capital a Pagar ref. Exercício 2019 (e)	8.139,18	-
Cotas de Capital a Pagar - Movimento Novembro 2020 (f)	2.450,59	-
Total	235.402,84	264.416,62

(Valores expressos em reais – R\$)

(a) Juros ao Capital a pagar - Correspondem aos juros ao capital 2020, a pagar e/ou serem incorporados ao Capital.

(b) Dividendos e Bonificações a Pagar - Ano 2014 - Correspondem à saldos de ex-cooperados que não foram localizados para realizar o pagamento.

(c) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e, no mínimo, de 10% das sobras líquidas, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

(d) Cotas de Capital a Pagar - são saldos de capital de ex-cooperados que foram lançados nesta conta por recomendação do Bacen, conforme Ofício 14095/2015-BCB/Desuc e Ofício 18231/2015-BCB/Desuc e respectivas respostas.

(e) Cotas de Capital a Pagar - ref. exercício 2019 - compostos por saldos residuais de capital de ex-cooperados que não foram localizados para realizar o pagamento.

(f) Cotas de Capital a Pagar - Movimento Novembro 2020 - compostos por saldos de capital de ex-cooperados que não foram localizados para realizar o pagamento.

NOTA 08 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - FISCAIS E PREVIDENCIARIAS

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Impostos e contribuições a recolher	1.813,12	1.704,00
Total	1.813,12	1.704,00

NOTA 09 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Outras Obrigações - Diversas	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cobrança Arrec Tributos e Assemelhados	-	-	-	-
Prov. Pagamentos a Efetuar -	11.672,32	-	10.946,05	-
Credores Diversos	774,64	-	745,25	-
Total	12.446,96	-	11.691,30	-

(Valores expressos em reais – R\$)

As operações acima são classificadas no curto prazo

NOTA 10 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**(a) Capital Social**

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

O Capital Social e número de associados estão assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Capital Social	776.363,83	690.555,93

(Valores expressos em reais – R\$)

	31/12/2020	31/12/2019
Total de associados	124	122

(b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de, no mínimo de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades no montante de R\$ 83.929,58

(c) Destinações estatutárias e legais

De acordo com o estatuto social da cooperativa e a Lei nº 5.764/1971, as sobras líquidas do exercício terão a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Sobras / Lucro Líquido do exercício	2.333,37	7.434,71
Destinações estatutárias		
Reserva legal (10%)	(233,34)	(743,47)
Fundo de assistência técnica, educacional e social (5%)	(116,67)	(371,74)
Sobras à disposição da Assembléia Geral	1.983,36	-
Total	1.983,36	6.319,50

(Valores expressos em reais – R\$)

A Reserva legal destina-se a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades;

O Fundo de assistência técnica, educacional e social (FATES) é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa.

NOTA 11 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas em 31/12/2020 e 31/12/2019:

	31/12/2020	31/12/2019		31/12/2020	31/12/2019	
Empréstimos	32.634,86	38.785,10	Capital	71.943,17	64.933,07	(Valores expressos em reais – R\$)

Detalhamento das Operações Ativas:

Natureza da Operação de Crédito - Transações com partes relacionadas	PCLD (Provisão para crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação Crédito em relação à carteira total
Empréstimo	(160)	6,44

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de empréstimos, à taxa de remuneração relacionada no quadro abaixo:

Natureza das Operações Ativas e Passivas - Transações com partes relacionadas	Taxas aplicadas pela Diretoria	% em relação à carteira total - movimentação 31/12/2020
Empréstimo	1,5% a.m	1,5% a.m

NOTA 12 – ÍNDICE DE BASILÉIA

O Patrimônio de Referência (PR) da Cooperativa encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, apresentando margem para o limite de compatibilização do PR com PRE de R\$757.958,17 em 31 de dezembro de 2020.

NOTA 13 – CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

Até o fechamento do exercício em consultas realizadas a Cooperativa de Crédito, não existem processos judiciais em que figura como pólo passivo.

Ribeirão Preto-SP, 15 de janeiro de 2021.

João Vanderlei Rodrigues Palma
Diretor Presidente

Marcelo Denipoti
Diretor Administrativo

Soraia Martins de Oliveira
Diretora Operacional / Resp. Área Contábil

Ernâni Marani
Técnico em Contabilidade
CRC 1.SP246011/O-5

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2020 e 31/12/2019

(Em Reais)

Cooperativa de Crédito de Capital e Empréstimo dos Empregados Celetistas de Cooperativas dos Estados de São Paulo e Minas Gerais - Cocreuni

CNPJ/MF : 57.987.273/0001-99 - AF BACEN: 949

ATIVO		31/12/2020	31/12/2019	PASSIVO		31/12/2020	31/12/2019
CIRCULANTE	NOTAS	928.378,95	820.445,78	CIRCULANTE	NOTA	249.662,92	277.811,92
# Disponibilidade	(NOTA 03)	40.190,15	27.033,98	Depósitos à Vista		0,00	0,00
# Aplicações interfinanceiras de liquidez		0,00		Depósitos Sob Aviso		0,00	0,00
# Título e Valores Mobiliários		591.127,63	469.421,57	Depósitos a Prazo		0,00	0,00
# Relações Interfinanceiras		0,00	0,00	Relações Interfinanceiras		0,00	0,00
# Relações Interdependências		0,00	0,00	Relações Interdependências		0,00	0,00
# Operações de Crédito	(NOTA 04)	280.252,68	304.909,68	Obrigações por Empréstimos e Repasse		0,00	0,00
(-) Provisão p/Op.Crédito Liq. Duvidosa		(8.622,93)	(5.154,75)				
# Outros Créditos	(NOTA 05)	25.431,42	24.235,30	Obrigações Sociais e Estatutárias	(NOTA 07)	235.402,84	264.416,62
# Outros Valores e Bens		0,00		Obrigações Fiscais e Previdenciárias	(NOTA 08)	1.813,12	1.704,00
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		928.378,95	820.445,78	Outras Obrigações	(NOTA 09)	12.446,96	11.691,30
NÃO CIRCULANTE				TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		249.662,92	277.811,92
Operações de Crédito		240.744,69	286.849,51	NÃO CIRCULANTE			
(-) Provisão p/Op.Crédito Liq. Duvidosa		(5.872,29)	(4.882,06)	Depósitos à Vista			
Outros Créditos		-	-	Depósitos Sob Aviso			
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		234.872,40	281.967,45	Depósitos a Prazo			
PERMANENTE				Obrigações por Empréstimos e Repasse			
# Investimentos	(NOTA 06-A)	10.635,00	10.635,00	Outras Obrigações			
# Imobilizado de Uso	(NOTA 06-B)	76.715,90	76.715,90	Provisões de Contingência		0,00	-
# Diferido		0,00	0,00	TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		0,00	-
# Intangível		0,00	0,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Depreciação/Amortização Acumulada		(74.157,53)	(73.195,01)	Capital Social	(NOTA 10-A)	776.363,83	690.555,93
TOTAL DO PERMANENTE		13.193,37	14.155,89	RESERVAS DE SOBRAS	(NOTA 10-B)	83.929,58	83.696,24
TOTAL DO ATIVO		1.176.444,72	1.116.569,12	SobraS ou Perdas de Exercício	(NOTA 10-C)	66.488,39	64.505,03
TOTAL DO PASSIVO		1.176.444,72	1.116.569,12	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		926.781,80	838.757,20

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

João Vanderlei Rodrigues Palma
Diretor Presidente

Soraia Martins de Oliveira
Diretora Operacional / Resp. Área Contábil

Marcelo Denipoti
Diretor Administrativo

Ernâni Marani
Técnico em Contabilidade
CRC 1.SP246011/O-5

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS

(Em Reais)

Período: 31/12/2020

Cooperativa de Crédito de Capital e Empréstimo dos Empregados Celetistas de Cooperativas dos Estados de São Paulo e Minas Gerais - Cocreuni

CNPJ/MF : 57.987.273/0001-99 - AF BACEN: 949

	2º Semestre 2020	31/12/2020	2º Semestre 2019	31/12/2019
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	50.387,44	109.679,52	69.688,95	136.797,87
Operações de Crédito	48.577,62	103.414,21	62.120,82	121.366,12
Resultado de Operações com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros	1.809,82	6.265,31	7.568,13	15.431,75
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	-	-	-
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(8.014,69)	(4.458,41)	13.375,69	17.716,46
Operações de Captação no Mercado	-	-	-	-
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	-	-	-	-
Operações de Arrendamento Mercantil	-	-	-	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(8.014,69)	(4.458,41)	13.375,69	17.716,46
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	42.372,75	105.221,11	83.064,64	154.514,33
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(56.908,25)	(102.887,74)	(50.442,52)	(107.359,40)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	-	-	-	-
Rendas de Tarifas Bancárias	-	-	-	-
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(34.408,95)	(65.639,43)	(34.758,57)	(70.042,38)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(20.254,18)	(36.203,10)	(17.876,17)	(37.706,20)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(1.574,75)	(3.155,34)	(1.408,95)	(3.095,43)
Resultado de Participação em Coligadas e Controladas	-	1.369,70	2.790,24	2.790,24
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	803,33	2.388,16	1.579,75	3.402,86
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(1.473,70)	(1.647,73)	(768,82)	(2.708,49)
RESULTADO OPERACIONAL	(14.535,50)	2.333,37	32.622,12	47.154,93
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	-	-	-	-
RECEITAS NAO OPERACIONAIS	-	-	-	-
DESPESAS NAO OPERACIONAIS	-	-	-	-
RESULTADO ANTES DO PAGAMENTO DOS JUROS AO CAPITAL	(14.535,50)	2.333,37	32.622,12	47.154,93
JUROS AO CAPITAL	-	-	(39.720,22)	(39.720,22)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	(14.535,50)	2.333,37	(7.098,10)	7.434,71
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	-	-	-
PARTICIPAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS	-	-	-	-
RESULTADO ANTES DAS DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS	(14.535,50)	2.333,37	(7.098,10)	7.434,71
F A T E S	-	(116,67)	-	(371,74)
Reserva Legal	-	(233,34)	-	(743,47)
SOBRAS OU PERDAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO	(14.535,50)	1.983,36	(7.098,10)	6.319,50
DSP	(14.535,50)	2.333,37	(7.098,10)	6.319,50
DMPL	(14.535,50)	2.333,37	(7.098,10)	6.319,50

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

João Vanderlei Rodrigues Palma
Diretor Presidente

Marcelo Denipoti
Diretor Administrativo

Soraia Martins de Oliveira
Diretora Operacional / Resp. Área Contábil

Ernâni Marani
Técnico em Contabilidade
CRC 1.SP246011/O-5

Por Devolução	-34.064,74	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	-34.064,74
Reversão de Reservas	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0,00
Subscrição de Juros ao Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF sobre Juros ao Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sobras ou Perdas Líquidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.983,36	1.983,36
Fates - Atos Não Cooperativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Destinação das Sobras ou Perdas:									0,00
Fundo de Reserva	0,00	0,00	0,00	233,34	0,00	0,00	0,00	0,00	233,34
Fates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo em 31/12/2020	776.363,83	0,00	0,00	83.929,58	0,00	0,00	0,00	66.488,39	926.781,80
Mutações do Período	21.057,38	0,00	0,00	233,34	0,00	0,00	0,00	1.983,36	23.274,08

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

João Vanderlei Rodrigues Palma
Diretor Presidente

Marcelo Denipoti
Diretor Administrativo

Soraia Martins de Oliveira
Diretora Operacional / Resp. Área Contábil

Ernâni Marani
Técnico em Contabilidade
CRC 1.SP246011/O-5

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Cooperativa: Cooperativa de Crédito de Capital e Empréstimo dos Empregados Celetistas de Cooperativas dos Estados de São Paulo e Minas Gerais - Cocreuni
CNPJ: 57.987.273/0001-99

DRA	2º Sem 2020	12/2020	2º Sem 2019	12/2019
Sobras/Perdas Líquidas	(14.535,50)	2.333,37	(7.098,10)	6.319,50
Outros resultados abrangentes				
Total do resultado abrangente	(14.535,50)	2.333,37	(7.098,10)	6.319,50

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

João Vanderlei Rodrigues Palma
Diretor Presidente

Soraia Martins de Oliveira
Diretora Operacional / Resp. Área Contábil

Marcelo Denipoti
Diretor Administrativo

Ernâni Marani
Técnico em Contabilidade
CRC 1.SP246011/O-5